



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9006/2026

ÓRGÃO OU ENTIDADE PÚBLICA CONTRATANTE:

CONSELHO REGIONAL DOS CORRETORES DE IMÓVEIS DA 3ª REGIÃO – CRECI-RS

SETOR RESPONSÁVEL:

Comissão de Licitação / Setor de Compras

ENDEREÇO:

Rua Guilherme Alves, nº 1010, Bairro Partenon, Porto Alegre/RS, CEP 90.680-000.

UASG: 389298

OBJETO:

Aquisição de 1 (um) servidor de alto desempenho, do tipo rackável, incluindo todos os componentes, acessórios, cabos e materiais necessários ao seu pleno funcionamento, destinado à substituição do atual servidor de arquivos e controlador de domínio do Conselho Regional de Corretores de Imóveis da 3ª Região (CRECI-RS), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência (Anexo I).

1

VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:

R\$ 28.179,48 (vinte e oito mil, cento e setenta e nove reais e quarenta e oito centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA:

Dia 09/07/2026 às 10h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor Preço Global

MODO DE DISPUTA:

Aberto

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS:

SIM (aplica-se o disposto no art. 47 da Lei Complementar nº 123/2006)

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM:

NÃO



SUMÁRIO

1. DO OBJETO
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO
3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES
7. DA FASE DE JULGAMENTO
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO
9. DO TERMO DE CONTRATO
10. DA GARANTIA CONTRATUAL
11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES
12. DA MATRIZ DE RISCOS
13. DOS RECURSOS
14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO
15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
16. DOS ANEXOS



Torna-se público que o Conselho Regional de Corretores de Imóveis da 3ª Região (CRECI-RS), por meio do(a) Comissão de Licitação / Setor de Compras, sediado(a) na Rua Guilherme Alves, nº 1010, Bairro Partenon, Porto Alegre/RS, CEP 90.680-000, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a aquisição de 1 (um) servidor de alto desempenho, do tipo rackável, incluindo todos os componentes, acessórios, cabos e materiais necessários ao seu pleno funcionamento, destinado à substituição do atual servidor de arquivos e controlador de domínio do Conselho Regional de Corretores de Imóveis da 3ª Região (CRECI-RS), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital, no Termo de Referência (Anexo I) e nos demais anexos.

1.2. O escopo da contratação inclui, de forma não exaustiva:

1.2.1. Fornecimento de 1 (um) servidor de alto desempenho, conforme especificações técnicas mínimas estabelecidas no item 4 do Termo de Referência;

1.2.2. Fornecimento de todos os componentes internos obrigatórios (processador, memória, discos, controladora, fontes de alimentação, placas de rede);

1.2.3. Fornecimento de 2 (dois) cabos de energia padrão nacional NBR 14136;

1.2.4. Fornecimento de acessórios e materiais necessários para instalação e operação inicial;

1.2.5. Entrega, instalação física no rack e configuração inicial do equipamento (criação de RAID, configuração de rede, atualização de firmwares/BIOS);

1.2.6. Suporte técnico durante o período de instalação e testes;

1.2.7. Garantia de 36 (trinta e seis) meses para todas as peças e componentes, com atendimento técnico no local (on-site) e substituição imediata de peças defeituosas.

1.3. A licitação será realizada em lote único e indivisível, não se admitindo o parcelamento do objeto, em razão da natureza sistêmica e interdependente do equipamento, cuja segregação comprometeria a funcionalidade e a garantia do conjunto, conforme justificativa constante no item 7 do Estudo Técnico Preliminar e no item 4.1 do Termo de Referência.

1.4. DO PRAZO DE ENTREGA, INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO

1.4.1. O equipamento deverá ser entregue, instalado e configurado no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data de assinatura do contrato ou da emissão da nota de empenho.

1.4.2. A instalação e configuração inicial deverão ser realizadas pela contratada, em até 5 (cinco) dias úteis após a entrega, no endereço do CRECI-RS (Rua Guilherme Alves, nº 1010, Partenon, Porto Alegre/RS), em horário a ser agendado com a fiscalização.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.



2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. DO TRATAMENTO DIFERENCIADO E FAVORECIDO PARA ME/EPP

2.6.1. Será concedido tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, e alterações.

2.6.2. **Não se aplica a reserva de cota** para ME/EPP prevista no art. 48, inciso I, da LC 123/2006, uma vez que o valor do lote único é superior ao limite previsto no referido inciso e o objeto da contratação não é divisível em itens de menor vulto, conforme justificativa constante no item 7 do Estudo Técnico Preliminar e no item 4.1 do Termo de Referência.

2.6.3. Aplica-se o direito de preferência no desempate, nos termos do art. 44 da LC 123/2006. Ocorrendo empate entre as propostas, havendo participação de ME/EPP, serão observados os seguintes procedimentos:

- a) Havendo empate entre propostas de ME/EPP e de empresas de maior porte, a ME/EPP mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior à da empresa considerada vencedora, no prazo de até 5 (cinco) minutos, sob a forma de lances, em campo próprio no sistema eletrônico;
- b) Caso a ME/EPP não se manifeste no prazo estabelecido, será convocada a ME/EPP subsequente, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito;
- c) O disposto neste subitem somente se aplicará quando a proposta da ME/EPP for igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada no certame.

2.6.4. As ME/EPP gozarão de prazo diferenciado para regularização fiscal, nos termos do art. 42 da LC 123/2006, sendo-lhes assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, para a regularização de eventual pendência, cujo prazo será contado a partir do momento em que forem declaradas vencedoras do certame.

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

2.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.7.2. sociedades que desempenhem atividade incompatível com o objeto da licitação;

2.7.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.7.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.7.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;



2.7.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.7.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.7.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.10. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.7.11. pessoas físicas.

2.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

3.1. O orçamento estimado da presente contratação **NÃO TERÁ CARÁTER SIGILOSO**, nos termos do art. 24 da Lei nº 14.133/2021, estando disponível para conhecimento de todos os interessados desde a publicação deste Edital.

3.2. O valor estimado para a contratação é de **R\$ 28.179,48 (vinte e oito mil, cento e setenta e nove reais e quarenta e oito centavos)**, correspondente ao valor global para aquisição do servidor com todos os componentes, instalação, configuração e garantia, conforme detalhado no item 9 do Termo de Referência e na Pesquisa de Preços (Anexo V).

3.3. Este valor foi obtido com base em pesquisa de preços realizada junto a fornecedores especializados, conforme propostas anexadas ao processo administrativo.

3.4. Propostas com valor superior ao estimado serão desclassificadas.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta de preços, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento do objeto e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;



4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

4.3.5. que o equipamento ofertado atende integralmente às especificações técnicas mínimas do Termo de Referência.

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, para usufruir dos benefícios legais.

4.5. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, inciso IV, da Lei n. 14.133, de 2021.

4.6. A falsidade das declarações sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.10. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, do valor global em reais para o fornecimento do objeto.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos, tributos, fornecimento do equipamento e componentes, embalagem, frete, seguro, instalação, configuração inicial e garantia de 36 meses, não podendo ser cobrado qualquer valor adicional do CRECI-RS.

5.4. O licitante deverá apresentar, como documento complementar da proposta, o detalhamento dos componentes ofertados, conforme o modelo sugestivo do Anexo VI, demonstrando o atendimento a todos os requisitos técnicos mínimos exigidos no item 4 do Termo de Referência (Anexo I).

5.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.



5.6. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.7. Os licitantes devem respeitar o valor máximo estimado de R\$ 28.179,47, sob pena de desclassificação.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência (Anexo I).

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor global em reais.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença entre os lances será de R\$ 10,00 (dez reais).

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.10. O procedimento seguirá o modo de disputa "ABERTO", conforme abaixo:

6.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.10.2. A prorrogação automática da etapa de lances será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação.

6.10.3. Não havendo novos lances, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação (do menor valor para o maior).

6.11. Após o término dos prazos estabelecidos, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do menor valor registrado, vedada a identificação do licitante.



6.14. Aplica-se o disposto no art. 44 da LC 123/2006 para o "empate ficto". Ocorrendo empate entre as propostas, havendo participação de ME/EPP, serão observados os procedimentos de preferência de contratação previstos na referida lei.

6.15. Havendo eventual empate entre propostas ou lances (excluída a hipótese do item 6.14), o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.15.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.15.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes;

6.15.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho;

6.15.4. declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade. 6.16. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens fornecidos por empresas estabelecidas no território do Estado do Rio Grande do Sul, empresas brasileiras, empresas que invistam em pesquisa e desenvolvimento no País e empresas que comprovem a prática de mitigação ambiental.

6.17. Esgotados todos os critérios, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio. 6.18. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, se a proposta do primeiro colocado permanecer com valor superior ao máximo definido (R\$ 27.154,43), o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas com o licitante.

6.18.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, permanecer com proposta acima do valor máximo.

6.18.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.18.3. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Sicaf;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP;

7.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

7.3. Verificadas as condições de participação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do valor em relação ao máximo estipulado (R\$ 27.154,43).

7.4. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.4.1. contiver vícios insanáveis;



- 7.4.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência (Anexo I);
- 7.4.3. apresentar valor inexequível ou permanecer acima do valor máximo definido para a contratação;
- 7.4.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 7.4.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 7.5. Em se tratando de aquisição de bem, são indícios de inexequibilidade valores global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e coeficientes de produtividade de mercado. A inexequibilidade só será considerada após diligência do Pregoeiro.
- 7.6. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.
- 7.7. O Pregoeiro poderá solicitar ao licitante classificado em primeiro lugar a apresentação de declaração formal ou documentação complementar que comprove que o equipamento ofertado atende a todos os requisitos técnicos exigidos.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no SicaF.
- 8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por meio eletrônico.
- 8.3. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas.
- 8.4. Para fins de qualificação técnica, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentar, no prazo estipulado pelo Pregoeiro, os seguintes documentos:
 - 8.4.1. Atestado de Capacidade Técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante forneceu e instalou, de forma satisfatória, equipamentos de informática (preferencialmente servidores) de porte similar ao objeto desta contratação;
 - 8.4.2. Comprovação de que a licitante possui estrutura técnica e operacional adequada para prestar suporte e garantia pelo prazo de 36 meses, incluindo capacidade de atendimento no local e reposição de peças;
 - 8.4.3. Declaração formal de que os equipamentos ofertados são originais, com componentes genuínos, e que a empresa possui autorização ou canal oficial para aquisição de peças de reposição originais.
- 8.5. Para fins de qualificação econômico-financeira, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentar:
 - 8.5.1. Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
 - 8.5.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, que comprovem a boa situação financeira da empresa.



8.6. Para fins de regularidade fiscal e trabalhista, serão exigidos:

8.6.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

8.6.2. Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

8.6.3. Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.6.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

8.7. A habilitação será verificada preferencialmente por meio do Sicaf. Os documentos não contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

8.8. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.9. Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada.

8.10. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.11. Aplica-se o disposto nos arts. 42 a 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, para a regularização fiscal de microempresas e empresas de pequeno porte.

10

9. DO TERMO DE CONTRATO

9.1. Após a homologação e adjudicação, será firmado termo de contrato para aquisição do bem.

9.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.3. Na assinatura do contrato, a contratada deverá comprovar a manutenção das condições de habilitação.

9.4. Os prazos para assinatura poderão ser prorrogados, por igual período, mediante solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.5. DO PRAZO DE ENTREGA, INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO

9.5.1. O equipamento deverá ser entregue, instalado e configurado no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data de assinatura do contrato ou da emissão da nota de empenho.

9.5.2. A instalação e configuração inicial deverão ser realizadas pela contratada, em até 5 (cinco) dias úteis após a entrega, no endereço do CRECI-RS (Rua Guilherme Alves, nº 1010, Partenon, Porto Alegre/RS), em horário a ser agendado com a fiscalização.

9.6. Constituem obrigações específicas da contratada, que constarão na minuta contratual (Anexo II):

9.6.1. Fornecer o servidor rigorosamente de acordo com as especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência;

9.6.2. Entregar o equipamento no prazo estabelecido, devidamente embalado e protegido;

9.6.3. Proceder com a instalação física e configuração inicial do equipamento;



9.6.4. Oferecer garantia de 36 meses para todas as peças e componentes, com atendimento técnico no local (on-site) e substituição imediata de peças defeituosas;

9.6.5. Manter, durante toda a vigência da garantia, as condições de habilitação exigidas na licitação e condições técnicas para prestar o suporte contratado.

9.7. DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO E PAGAMENTO

9.7.1. O pagamento será efetuado em duas parcelas:

a) 80% do valor total, após a entrega do equipamento e aceitação provisória;

b) 20% do valor total, após a conclusão bem-sucedida dos testes de funcionamento, configuração inicial e aceitação definitiva do equipamento.

9.7.2. O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias corridos contados da apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada pela fiscalização.

10. DA GARANTIA CONTRATUAL

10.1. O licitante vencedor deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogável uma vez por igual período a seu critério, contado da data da assinatura do contrato, a comprovação da prestação de garantia contratual, como reforço e em complemento às garantias previstas em lei e neste Edital.

10.2. A garantia contratual corresponderá a **5% (cinco por cento) do valor total do contrato**, equivalente a **R\$ 1.357,72 (um mil, trezentos e cinquenta e sete reais e setenta e dois centavos)**.

11

10.3. A garantia deverá ser prestada em uma das seguintes modalidades, à escolha da contratada, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021:

a) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

b) seguro-garantia;

c) fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

10.4. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;

b) prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo da contratada durante a execução do contrato;

c) multas punitivas e moratórias aplicadas à contratada pela Administração; e

d) obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não quitadas pela contratada, desde que a execução da garantia seja determinada judicialmente, após o trânsito em julgado.

10.5. A modalidade seguro-garantia deverá observar o disposto na legislação aplicável e o prazo de vigência da apólice deverá coincidir com o prazo de vigência do contrato, sendo que, em caso de prorrogação deste, a garantia deverá ser igualmente prorrogada ou substituída.



10.6. A garantia prestada pela contratada será liberada ou restituída após a execução do contrato e o recebimento definitivo do objeto, e, quando em dinheiro, será atualizada na forma da lei.

10.7. A não prestação da garantia contratual no prazo e nas condições estipuladas constituirá falta grave e ensejará a aplicação das sanções previstas neste Edital e na legislação.

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou contratada que, com dolo ou culpa:

11.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame;

11.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta;

11.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a entregar a garantia contratual;

11.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

11.1.6. fraudar a licitação;

11.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

11.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

11.1.9. descumprir as obrigações contratuais relativas ao fornecimento, notadamente a entrega de equipamento fora das especificações, atraso injustificado, falha na instalação/configuração ou no cumprimento da garantia.

11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou contratados as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1. advertência;

11.2.2. multa;

11.2.3. impedimento de licitar e contratar;

11.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados a natureza e a gravidade da infração, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os danos dela provenientes e a implantação de programa de integridade.

11.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

11.4.1. **Multa de mora:** 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado na entrega, instalação ou configuração, calculada sobre o valor total do contrato, limitada a 30 (trinta) dias.

11.4.2. **Multa por inexecução parcial:** 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato.



11.4.3. **Multa por inexecução total:** 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato.

11.5. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em entregar a garantia contratual no prazo estabelecido caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades previstas em lei e neste Edital.

11.6. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

12. DA MATRIZ DE RISCOS

12.1. Integra este Edital, como Anexo IV, a Matriz de Riscos da contratação, elaborada em conformidade com o art. 22 da Lei nº 14.133/2021, que estabelece a repartição objetiva de riscos entre as partes.

12.2. A matriz de riscos identifica os principais riscos técnicos, de execução, de qualificação, de segurança e de gestão contratual, atribuindo responsabilidades e definindo as medidas de mitigação, conforme detalhado no referido anexo.

12.3. A matriz estabelece a distribuição equilibrada de responsabilidades, observando que:

12.3.1. **Riscos da Contratada:** qualidade e conformidade do equipamento, cumprimento de prazos, defeitos de fabricação, instalação/configuração inadequadas, danos no transporte, descontinuidade do suporte, descumprimento da garantia;

12.3.2. **Riscos do Contratante (CRECI-RS):** correta especificação técnica do objeto, disponibilidade da infraestrutura local, fiscalização adequada, disponibilidade de recursos orçamentários, pagamento tempestivo;

12.3.3. **Riscos Compartilhados:** incompatibilidade com infraestrutura existente, desequilíbrio econômico-financeiro por fatos imprevisíveis, eventos de força maior ou caso fortuito.

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou encaminhar recurso para a autoridade superior.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.



14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

14.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

14.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

14.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios:

- E-mail: compras@creci-rs.gov.br
- Para questões técnicas: ti@creci-rs.gov.br

14.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

14.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

15.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido.

15.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

15.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos.

15.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

15.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato.

15.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos, prevalecerão as deste Edital.

15.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico www.creci-rs.gov.br.

16. DOS ANEXOS

16.1. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

Anexo I – Termo de Referência (com detalhamento completo dos requisitos técnicos, obrigações e especificações);



Anexo II – Minuta de Contrato Administrativo;

Anexo III – Estudo Técnico Preliminar (ETP) ;

Anexo IV – Matriz de Riscos da Contratação;

Anexo V – Pesquisa de Preços / Mapa de Preços;

Anexo VI – Modelo de Proposta (para referência);

Porto Alegre, 12 de junho de 2026.



Documento assinado digitalmente

JULIANO JACOBSEN

Data: 23/06/2026 17:27:27-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Juliano Jacobsen
Supervisor Administrativo
CRECI-RS



TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo nº 2025.99.021.49778

Data: 10 de março de 2026

Documento elaborado em conformidade com o art. 6º, inciso XXIII, da Lei nº 14.133/2021 e fundamentado no Estudo Técnico Preliminar que concluiu pela viabilidade técnica e econômica da aquisição de servidor de alto desempenho para modernização da infraestrutura de rede do Conselho Regional de Corretores de Imóveis da 3ª Região - Rio Grande do Sul.

Este Termo de Referência estabelece os parâmetros e elementos descritivos necessários para a contratação, contemplando a definição do objeto, fundamentação, descrição da solução, requisitos técnicos, modelo de execução e gestão contratual, critérios de medição e pagamento, forma de seleção do fornecedor, estimativas de valor e adequação orçamentária.

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1 Objeto

Aquisição de 1 (um) servidor de alto desempenho, do tipo rackável, incluindo todos os componentes, acessórios, cabos e materiais necessários ao seu pleno funcionamento, destinado à substituição do atual servidor de arquivos e controlador de domínio do Conselho Regional de Corretores de Imóveis da 3ª Região (CRECI-RS), conforme especificações técnicas detalhadas neste Termo de Referência.

1

1.2 Natureza do Objeto

Aquisição de bem de tecnologia da informação, caracterizado como equipamento permanente a ser incorporado ao patrimônio do CRECI-RS, destinado a suprir necessidades operacionais da infraestrutura de Tecnologia da Informação da autarquia.

1.3 Quantitativos

A contratação contemplará o fornecimento de:

- i. 1 (um) servidor de alto desempenho, conforme especificações técnicas mínimas estabelecidas no item 4 deste Termo de Referência;
- ii. Todos os componentes internos obrigatórios (processador, memória, discos, controladora, fontes de alimentação, placas de rede);
- iii. 2 (dois) cabos de energia padrão nacional NBR 14136;
- iv. Acessórios e materiais necessários para instalação e operação inicial.

1.4 Prazo de Execução e Garantia

O equipamento deverá ser entregue, instalado e configurado no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da assinatura do contrato ou da emissão da nota de empenho. O prazo de garantia mínima exigida é de 12 (doze) meses para todas as peças e componentes, com atendimento técnico no local (on-site) e substituição de peças defeituosas em até 48 horas úteis.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1 Referência ao Estudo Técnico Preliminar



A presente contratação fundamenta-se no Estudo Técnico Preliminar elaborado em conformidade com o art. 18 da Lei nº 14.133/2021, que concluiu pela adequação e viabilidade técnica e econômica da aquisição de servidor de alto desempenho para atender às necessidades do CRECI-RS. O estudo identificou a necessidade institucional de substituir equipamento obsoleto e garantir a continuidade, segurança e eficiência dos serviços de Tecnologia da Informação.

2.2 Necessidade da Contratação

O Departamento de Tecnologia da Informação e Infraestrutura do CRECI-RS identifica a necessidade premente de substituir o atual servidor de arquivos e controlador de domínio da instituição, equipamento apelidado de "JARVIS", adquirido há mais de 7 (sete) anos. O equipamento atual encontra-se em situação de obsolescência tecnológica avançada, apresentando severas limitações para suportar as demandas crescentes de processamento, armazenamento e disponibilidade dos serviços de Tecnologia da Informação.

2.3 Problema a Ser Resolvido

O problema a ser resolvido consiste na aquisição de um novo equipamento que garanta a continuidade dos serviços críticos, como autenticação de domínio e compartilhamento de arquivos, além de oferecer capacidade de processamento compatível com as aplicações atuais e futuras, mitigando riscos de falhas e paralisações. A solução proposta atende ao interesse público ao assegurar a eficiência, a segurança e a disponibilidade dos serviços prestados pelo CRECI-RS à sociedade e aos seus profissionais registrados.

2.4 Formalização da Demanda

A demanda foi formalizada pelo requisitante Eduardo Martins Machado (PST - Profissional de Suporte Técnico), conforme despacho de 05 de setembro de 2025, que determinou a abertura do processo e a elaboração dos estudos necessários para a contratação, com posterior encaminhamento pela Superintendência para providências no âmbito e na forma da lei.

2

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1 Visão Geral da Solução

A solução consiste na aquisição de 1 (um) servidor de alto desempenho, do tipo rackável, que será instalado no datacenter do CRECI-RS para substituir o equipamento legado "JARVIS". O equipamento será utilizado como servidor de arquivos e controlador de domínio, suportando as demandas de processamento, armazenamento e disponibilidade dos serviços de Tecnologia da Informação da instituição.

3.2 Ciclo de Vida do Objeto

O ciclo de vida da contratação compreende as seguintes fases:

Fase de Aquisição e Entrega: fornecimento do equipamento pela contratada, com todas as especificações técnicas exigidas, incluindo transporte, seguro e entrega no endereço do CRECI-RS em Porto Alegre/RS. Prazo estimado: até 30 (trinta) dias corridos.

Fase de Instalação e Configuração: instalação física do equipamento no rack, conexão elétrica, organização de cabos, configuração inicial do servidor (criação de arranjo de discos em RAID, configuração das interfaces de rede, atualização de firmwares/BIOS) e testes de funcionamento. Esta fase ocorrerá imediatamente após a entrega, com duração estimada de 5 (cinco) dias úteis.

Fase de Operação e Garantia: utilização do equipamento em ambiente de produção, com suporte da garantia de 12 (doze) meses para todas as peças e componentes, incluindo atendimento técnico no local e substituição imediata de peças defeituosas em caso de falhas.



Fase de Desativação e Descarte: ao final da vida útil do equipamento (estimada em 7 anos), o CRECI-RS providenciará o descarte ambientalmente adequado, observando a Política Nacional de Resíduos Sólidos, por meio de doação a entidades beneficentes (se ainda operacional) ou contratação de empresa especializada em logística reversa de eletrônicos.

3.3 Escopo Detalhado do Fornecimento

O escopo contratual abrange:

1. Fornecimento de 1 (um) servidor de alto desempenho, tipo rackável, com todos os componentes internos obrigatórios;
2. Fornecimento de 2 (dois) cabos de energia padrão nacional NBR 14136;
3. Entrega do equipamento no endereço do CRECI-RS (Rua Guilherme Alves, nº 1010, Partenon, Porto Alegre/RS);
4. Instalação física no rack, incluindo conexão elétrica e organização de cabos;
5. Configuração inicial do servidor (criação de RAID, configuração de rede, atualização de firmwares/BIOS);
6. Suporte técnico durante o período de instalação e testes;
7. Garantia mínima de 12 (doze) meses para todas as peças e componentes, com atendimento técnico no local (on-site) e substituição de peças defeituosas em até 48 horas úteis.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Requisitos Técnicos Obrigatórios

O servidor a ser adquirido deverá atender, no mínimo, às seguintes especificações técnicas:

3

4.1.1 Formato (Fator de Forma)

- Tipo rackável, com altura máxima de 2U (dois racks units);
- Compatível com os racks já existentes no ambiente de TI do CRECI-RS (padrão 19 polegadas);
- Possibilidade de expansão futura da capacidade de armazenamento sem necessidade de substituição do chassi.

4.1.2 Processador

- Mínimo de 1 (um) processador de última geração;
- 12 (doze) núcleos / 24 (vinte e quatro) threads;
- Frequência base ≥ 2.0 GHz;
- Cache ≥ 30 MB;
- Suporte a tecnologias Turbo e Hyper-Threading;
- Consumo compatível com as especificações do equipamento ofertado;
- Compatível com memória DDR4 ou superior.

4.1.3 Memória RAM

- Capacidade mínima de 64 GB;
- Tipo: DDR4 RDIMM ou superior;
- Possibilidade de expansão futura conforme demandas.

4.1.4 Controladora de Armazenamento

- Controladora compatível com RAID;
- Suporte, no mínimo, a RAID 1 (espelhamento) para dois discos (HDs ou SSDs).

4.1.5 Armazenamento Interno

- Capacidade e configuração de discos a serem especificados conforme necessidade de armazenamento da instituição (mínimo de 2 discos para configuração RAID 1);
- Discos compatíveis com a controladora RAID.

4.1.6 Placa de Rede

- Mínimo de 2 (duas) portas integradas de 1 GbE (Gigabit Ethernet) na placa-mãe;
- Placa de rede adicional com suporte a conexões de alta velocidade compatível com o equipamento ofertado, para possibilitar segmentação de tráfego e redundância;
- Compatibilidade com diferentes cenários de rede e comunicação entre servidores e storage.

4.1.7 Gerenciamento

- Controladora integrada para gerenciamento remoto (out-of-band);
- Acesso via navegador web;
- Suporte a autenticação segura;
- Senha de fábrica para primeira configuração;
- Funcionalidade que permita monitoramento e gerenciamento mesmo em situações de falha do sistema operacional.

4.1.8 Expansão (Riser)

- Configuração com, no mínimo, 1 (um) slot PCIe para expansão, conforme a arquitetura do equipamento ofertado;
- Possibilidade de expansão futura com placas adicionais de rede, armazenamento ou aceleração.

4.1.9 Fonte de Alimentação

- Fontes redundantes (mínimo de 2 fontes);
- Compatíveis com a rede elétrica brasileira (220V);
- Eficiência energética certificada (recomenda-se certificação 80 Plus).

4.1.10 Cabos de Energia

- Fornecimento de 2 (dois) cabos de energia padrão nacional NBR 14136;
- Tipo: 2P+T a C13;
- Tensão: 250 V;
- Corrente: 10 A;
- Comprimento: 2 metros.

4.2 Requisitos de Garantia e Suporte Técnico

4.2.1 Garantia

- Prazo mínimo de 12 (doze) meses para todas as peças e componentes;
- Garantia abrangente, cobrindo defeitos de fabricação e falhas de componentes;
- Atendimento técnico no local (on-site) em caso de falhas;
- Substituição de peças defeituosas em até 48 horas úteis durante o período de garantia.

4.2.2 Suporte Técnico Inicial

- Disponibilização de suporte técnico durante o período de instalação e testes;



- Garantia de que o equipamento esteja plenamente funcional no ambiente do CRECI-RS;
- Assistência para resolução de eventuais problemas de compatibilidade ou configuração.

4.3 Requisitos de Sustentabilidade

- Priorização de equipamentos com certificações de eficiência energética (recomenda-se 80 Plus para as fontes);
- Conformidade com normas ambientais aplicáveis (RoHS, WEEE);
- Política de logística reversa ou orientação para descarte adequado ao final da vida útil.

4.4 Requisitos de Segurança da Informação

- Implementação de controladora de gerenciamento com autenticação segura;
- Possibilidade de atualização de firmwares e BIOS para correção de vulnerabilidades;
- Registro de eventos e logs de acesso;
- Compatibilidade com políticas de segurança da informação do CRECI-RS.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 Forma de Fornecimento

O fornecimento será realizado de forma integral, com a entrega de todos os componentes especificados em única remessa, devidamente embalados e protegidos contra impactos, garantindo a integridade do produto até o recebimento pelo CRECI-RS.

5

5.2 Condições de Entrega

A entrega deverá ser realizada no seguinte endereço:

Conselho Regional dos Corretores de Imóveis 3ª Região

Rua Guilherme Alves, nº 1010, Bairro Partenon

Porto Alegre/RS - CEP: 90680-000

O horário de recebimento será em dias úteis, das 9h às 12h e das 14h às 17h, mediante agendamento prévio com a fiscalização do contrato.

5.3 Instalação e Configuração

A contratada deverá proceder com:

- Instalação física do equipamento no rack indicado pela equipe de TI do CRECI-RS;
- Conexão elétrica e organização dos cabos;
- Criação do arranjo de discos em RAID (nível a ser definido pela fiscalização, com prioridade para RAID 1);
- Configuração das interfaces de rede;
- Atualização de firmwares/BIOS para as versões mais recentes e estáveis;
- Configuração da controladora de gerenciamento remoto;
- Testes de funcionamento em conjunto com a equipe de TI.

5.4 Testes de Funcionamento

Após a instalação e configuração, serão realizados os seguintes testes, com acompanhamento da equipe de TI do CRECI-RS:

- Teste de inicialização e estabilidade do sistema;
- Teste de desempenho de processamento;
- Teste de rede (conectividade, throughput);
- Teste de armazenamento (velocidade de leitura/gravação, integridade do RAID);
- Teste de gerenciamento remoto (acesso via navegador, funcionalidades);
- Verificação de logs e alertas do sistema.

5.5 Cronograma Físico-Financeiro

Etapa	Descrição	Prazo	Percentual de Pagamento
1	Entrega do equipamento	Até 30 dias corridos	80%
2	Instalação, configuração e testes iniciais	Até 5 dias úteis após entrega	-
3	Aceitação provisória (pós-testes)	Imediatamente após testes	-
4	Aceitação definitiva (homologação em produção)	Até 30 dias após aceitação provisória	20% restante

6

O pagamento integral fica condicionado à aceitação definitiva do equipamento, mediante verificação de estabilidade operacional e conformidade com os requisitos estabelecidos.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 Fiscalização e Acompanhamento

A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor designado como fiscal titular, auxiliado por fiscal substituto, ambos formalmente nomeados por portaria específica da Presidência do CRECI-RS. Os fiscais deverão ser preferencialmente servidores do Departamento de Tecnologia da Informação, com conhecimento técnico compatível.

Compete aos fiscais do contrato:

- Acompanhar e fiscalizar a execução do fornecimento, verificando o cumprimento de todas as obrigações contratuais pela contratada;
- Conferir fisicamente os itens entregues, incluindo checagem do número de série, modelo, quantidade de componentes, cabos e demais acessórios;
- Acompanhar os testes de funcionamento e validar os resultados;
- Atestar o recebimento provisório e definitivo do equipamento;
- Registrar todas as ocorrências relacionadas à execução contratual;
- Comunicar formalmente à contratada quaisquer irregularidades identificadas, estabelecendo prazos para correção;
- Propor aplicação de sanções administrativas em caso de descumprimento de obrigações contratuais;
- Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada.



6.2 Condições de Recebimento

6.2.1 Verificação Física Será realizada conferência física dos itens entregues, incluindo:

- Checagem do número de série e modelo do equipamento;
- Verificação da quantidade e especificações dos componentes (processador, memória, discos, fontes);
- Conferência dos cabos e demais acessórios;
- Inspeção visual quanto a danos, avarias ou indícios de mau manuseio.

6.2.2 Aceitação Provisória

O recebimento inicial será considerado provisório, ocorrendo após a entrega física do equipamento e antes da realização dos testes de funcionamento. A aceitação provisória será formalizada mediante termo específico.

6.2.3 Aceitação Definitiva

O aceite definitivo ocorrerá após:

- Conclusão bem-sucedida de todos os testes de funcionamento;
- Homologação do servidor em ambiente de produção;
- Verificação de estabilidade operacional por período mínimo de 30 (trinta) dias;
- Conformidade plena com os requisitos técnicos estabelecidos.

7

6.3 Gestão da Garantia

Durante o período de garantia de 12 (doze) meses, a contratada obriga-se a:

- Atender prontamente às solicitações de suporte técnico relacionadas a falhas ou defeitos;
- Realizar atendimento técnico no local (on-site) sempre que necessário;
- Substituir imediatamente peças defeituosas, sem ônus para o CRECI-RS;
- Manter estoque de peças de reposição compatíveis com o equipamento fornecido;
- Prestar suporte remoto para diagnóstico e orientação.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1 Forma de Medição

A medição dos serviços será realizada em duas etapas:

Etapa 1 (80% do valor total): após a entrega do equipamento, verificação física e aceitação provisória, mediante apresentação de nota fiscal e comprovante de entrega.

Etapa 2 (20% do valor total): após a conclusão bem-sucedida dos testes de funcionamento, configuração inicial e aceitação definitiva do equipamento, mediante apresentação de termo de aceitação definitiva assinado pela fiscalização.

7.2 Critérios de Pagamento

O pagamento será efetuado mediante apresentação de Nota Fiscal ou Fatura pela contratada, acompanhada dos seguintes documentos comprobatórios:

- Comprovante de entrega assinado pelo CRECI-RS;



- Termo de aceitação provisória (para primeira parcela) ou definitiva (para segunda parcela);
- Certidões de regularidade fiscal e trabalhista atualizadas (Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Certificado de Regularidade do FGTS, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas).

O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias corridos contados da apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada pela fiscalização.

7.3 Composição do Valor

O valor total da contratação compreende:

- Fornecimento do servidor com todos os componentes especificados;
- Fornecimento dos cabos e acessórios;
- Embalagem, transporte e seguro até o local de entrega;
- Instalação física e configuração inicial;
- Suporte técnico durante instalação e testes;
- Garantia mínima de 12 (doze) meses com atendimento técnico no local e substituição de peças.

7.4 Reajuste de Preços

Não se aplica reajuste para contratação com prazo de execução inferior a 12 meses. O valor é fixo e irrevogável durante o período de execução do contrato.

7.5 Glosas e Descontos

Em caso de atraso injustificado na entrega, instalação ou configuração, poderão ser aplicadas glosas proporcionais ao valor contratual, conforme tabela de penalidades prevista no contrato, sem prejuízo da aplicação de sanções administrativas cabíveis.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1 Modalidade de Licitação

A contratação será precedida de licitação na modalidade Pregão Eletrônico, conforme art. 6º, inciso XLI, e art. 28, I da Lei nº 14.133/2021, por tratar-se de aquisição de bem comum, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital por meio de especificações usuais de mercado.

8.2 Tipo de Licitação

O tipo de licitação será Menor Preço, considerando que o objeto da contratação possui especificações técnicas claras e objetivas, permitindo comparação direta entre propostas com base exclusivamente no critério de menor valor total ofertado, desde que atendidos todos os requisitos técnicos obrigatórios estabelecidos neste Termo de Referência.

8.3 Critério de Julgamento

O critério de julgamento será o Menor Preço Global, considerando o valor total da proposta para fornecimento do equipamento completo, com todos os componentes, instalação, configuração e garantia. Será declarada vencedora a proposta que apresentar o menor valor total, desde que atenda a todas as especificações técnicas e requisitos de habilitação estabelecidos no edital.

8.4 Requisitos de Habilitação

8.4.1 Habilitação Jurídica



- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.

8.4.2 Regularidade Fiscal e Trabalhista

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- c) Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- e) Certidões de regularidade fiscal perante as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante.

8.4.3 Qualificação Técnica

- a) Atestado de Capacidade Técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante forneceu e instalou, de forma satisfatória, equipamentos de informática (preferencialmente servidores) de porte similar ao objeto desta contratação;
- b) Comprovação de que a licitante possui estrutura técnica e operacional adequada para prestar suporte e garantia pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses, incluindo capacidade de atendimento no local e reposição de peças;
- c) Declaração formal de que os equipamentos ofertados são originais, com componentes genuínos, e que a empresa possui autorização ou canal oficial para aquisição de peças de reposição originais.

8.4.4 Qualificação Econômico-Financeira

- a) Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa.

8.4.5 Tratamento Diferenciado e Favorecido para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte

Em conformidade com o disposto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e suas alterações, fica assegurado às microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) o tratamento diferenciado e favorecido nas regras de habilitação e no julgamento das propostas, nos seguintes termos:

I - Regularidade Fiscal: As ME/EPP, por ocasião da participação em procedimento licitatório, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.



II - Prazo para Regularização: Constatada alguma restrição na documentação fiscal da ME/EPP classificada provisoriamente em primeiro lugar no pregão, será concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

III - Abertura de Prazo: A não regularização da documentação no prazo previsto no inciso II implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

IV - Empate Ficto (Direito de Preferência): Após o encerramento da etapa de lances, havendo empate real (propostas iguais) ou ficto (propostas com diferença de até 5% em relação à melhor oferta), aplicar-se-ão as regras de desempate previstas no art. 44 da LC 123/2006, assegurando-se às ME/EPP o direito de apresentar uma última oferta inferior àquela considerada vencedora.

8.5 Critérios de Desempate

Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão aplicados os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021, na seguinte ordem:

1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, desde que exista sistema objetivo de avaliação instituído;
3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho;
4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade;
5. Sorteio público.

10

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1 Metodologia de Pesquisa de Preços

A estimativa de valor da contratação foi elaborada com base em pesquisa de preços realizada junto a fornecedores especializados no mercado, conforme propostas comerciais formalmente apresentadas ao CRECI-RS e anexadas ao processo administrativo. A metodologia adotada observou os princípios da razoabilidade e da economicidade.

9.2 Preços Referenciais Obtidos

Foram obtidas propostas comerciais de três fornecedores qualificados:

i. **MSServer Soluções (CNPJ: 44.042.100/0001-56):** valor total de **R\$ 37.700,00** (trinta e sete mil e setecentos reais), compreendendo:

- Servidor Dell PowerEdge R540 seminovo: processador Xeon Gold 6138 (20 núcleos/40 threads), 128 GB DDR4, 5 HDs de 10 TB SATA, iDRAC, fonte redundante
- Garantia: 12 meses — Pagamento: à vista

ii. **Masterweb Shop Servidores e Celulares LTDA (CNPJ 32.625.192/0001-18):** valor total de **R\$ 27.154,43** (vinte e sete mil, cento e cinquenta e quatro reais e quarenta e três centavos), compreendendo:

- Servidor Dell Poweredge R730 XD seminovo: R\$ 26.899,00
- Frete aéreo convencional (São Paulo → Porto Alegre): R\$ 255,43



- Configuração: 2 processadores (12 núcleos cada), 128GB DDR4, 6 HDs de 8TB SAS, controladora H330, 2 fontes redundantes
- Garantia: 12 meses

iii. **CHYPPS SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DO BRASIL LTDA (CNPJ 17.526.702/0001-06):** valor total de **R\$ 19.684,00** (dezenove mil, seiscentos e oitenta e quatro reais), compreendendo:

- Servidor seminovo com 2 processadores Xeon E5-2680 v4, 128GB DDR4, 12 HDs de 4TB SAS, 2 SSDs de 1TB SATA, controladora P840, placa adicional 40Gb
- Garantia: 12 meses
- Frete não especificado (presume-se incluso)

9.3 Análise de Compatibilidade com Requisitos Técnicos

As três propostas foram analisadas quanto à compatibilidade com os requisitos técnicos estabelecidos neste Termo de Referência, conforme ajustados após o levantamento de mercado:

- As três propostas ofertam processadores de alta capacidade (Xeon Gold e Xeon E5), compatíveis com as demandas operacionais do CRECI-RS;
- A memória ofertada em todas as propostas é DDR4, aceita nos requisitos técnicos conforme ajuste após pesquisa de mercado;
- O prazo de garantia de 12 meses é o prazo-padrão do mercado para equipamentos seminovos e corresponde ao mínimo exigido neste TR; observa-se que o CNPJ da proposta MSServer consta truncado nos autos (44.042.100/0001-56), devendo ser confirmado antes da publicação do edital.

11

As três propostas são compatíveis com os requisitos técnicos ajustados. A análise de adequação técnica definitiva será realizada pela fiscalização no momento do recebimento do equipamento, com base nas especificações do item 4 deste TR.

9.4 Estimativa Oficial de Valor

Considerando os preços de mercado identificados e a necessidade de garantir a competitividade do certame, estabelece-se como estimativa oficial de valor da contratação:

Valor Total de Referência (teto de aceitabilidade): R\$ 28.179,48 (vinte e oito mil, cento e setenta e nove reais e quarenta e oito centavos)

Este valor foi apurado pela média aritmética simples das três propostas recebidas — R\$ 37.700,00 (MSServer) + R\$ 27.154,43 (Masterweb) + R\$ 19.684,00 (CHYPPS) ÷ 3 = R\$ 28.179,48 — em conformidade com a IN SEGES/ME nº 73/2022. A adjudicação será pelo critério de menor preço, sendo este valor o teto de aceitabilidade das propostas no certame.

9.5 Composição dos Preços

O valor estimado compreende todos os custos diretos e indiretos necessários ao fornecimento, incluindo:

- Custo do equipamento e componentes;
- Embalagem e transporte;
- Seguro;
- Instalação e configuração inicial;
- Garantia mínima de 12 (doze) meses com atendimento no local e substituição de peças;
- Tributos, encargos e demais despesas operacionais.

9.6 Sigilo do Orçamento Estimado



- Custo anualizado aproximado de R\$ 4.025,64;
- Custo mensal aproximado de R\$ 335,47.

Este investimento justifica-se pela:

- Eliminação de riscos de falhas e indisponibilidade dos serviços críticos;
- Melhoria do desempenho operacional e produtividade da equipe;
- Redução de custos com manutenção corretiva do equipamento obsoleto;
- Garantia de conformidade tecnológica com as aplicações atuais;
- Preparação da infraestrutura para demandas futuras.

10.6 Compatibilidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal

A contratação observa integralmente as disposições da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), especialmente quanto à:

- Previsão orçamentária adequada e suficiente para cobertura da despesa;
- Compatibilidade com o Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual;
- Demonstração de economicidade e eficiência na aplicação de recursos públicos;
- Não comprometimento das metas fiscais estabelecidas para o exercício.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1 Obrigações Principais

13

Constituem obrigações principais da contratada:

1. Fornecer o servidor rigorosamente de acordo com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência;
2. Entregar o equipamento no prazo estabelecido, devidamente embalado e protegido contra impactos;
3. Proceder com a instalação física do equipamento, incluindo conexão elétrica e organização de cabos;
4. Realizar a configuração inicial do servidor (criação de RAID, configuração de rede, atualização de firmwares/BIOS);
5. Disponibilizar suporte técnico durante o período de instalação e testes;
6. Oferecer garantia mínima de 12 (doze) meses para todas as peças e componentes, com atendimento técnico no local (on-site) e substituição de peças defeituosas em até 48 horas úteis;
7. Fornecer a substituição imediata de peças defeituosas durante o período de garantia;
8. Manter, durante toda a vigência da garantia, condições técnicas e operacionais para prestar o suporte contratado.

11.2 Obrigações Acessórias

- a) Manter durante toda a vigência contratual as condições de habilitação exigidas no certame licitatório;
- b) Responsabilizar-se integralmente pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;
- c) Reparar, corrigir, substituir, às suas expensas, componentes que apresentarem vícios, defeitos ou incorreções;
- d) Comunicar ao CRECI-RS, por escrito, qualquer anormalidade relevante;
- e) Atender prontamente quaisquer orientações e exigências dos fiscais do contrato;
- f) Manter preposto aceito pelo CRECI-RS para representá-la na execução do contrato;



g) Fornecer toda a documentação técnica do equipamento (manuais, certificados, garantia).

11.3 Obrigações Relacionadas à Origem e Qualidade dos Componentes

- a) Garantir que todos os componentes fornecidos são originais de fábrica, novos ou seminovos (conforme especificado na proposta), não reconicionados;
- b) Assegurar a procedência legal e regular dos equipamentos e componentes;
- c) Fornecer equipamentos com firmwares e BIOS originais e atualizados;
- d) Manter documentação que comprove a origem e procedência dos equipamentos.

12. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

12.1 Obrigações Principais

Constituem obrigações principais do CRECI-RS:

- 1. Proporcionar todas as facilidades necessárias à boa execução do fornecimento e instalação;
- 2. Disponibilizar acesso ao ambiente de TI (racks, energia, rede) para instalação do equipamento;
- 3. Designar fiscais titular e substituto para acompanhamento e fiscalização da execução contratual;
- 4. Efetuar os pagamentos devidos nos prazos estabelecidos no contrato;
- 5. Comunicar formalmente à contratada quaisquer irregularidades identificadas;
- 6. Prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada;
- 7. Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada durante toda a vigência contratual;
- 8. Notificar a contratada sobre eventuais falhas ou irregularidades.

14

12.2 Obrigações Acessórias

- i. Garantir acesso da contratada às dependências do CRECI-RS para instalação e eventuais atendimentos de garantia;
- ii. Disponibilizar ponto de energia e conexão de rede adequados para instalação do equipamento;
- iii. Realizar conferência física e testes de funcionamento dentro dos prazos estabelecidos;
 - v. Manter arquivo organizado de toda a documentação relacionada ao contrato;
 - vi. v. Participar do processo de instalação e testes, fornecendo suporte da equipe de TI.

12.3 Vedações

É vedado ao CRECI-RS:

- a) Exigir da contratada serviços ou fornecimentos não previstos no objeto contratual;
- b) Permitir que a contratada execute serviços em desconformidade com as especificações técnicas estabelecidas;
- c) Efetuar pagamentos sem a devida comprovação do fornecimento e regularidade fiscal da contratada.

13. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 Sanções Administrativas



O descumprimento total ou parcial das obrigações contratuais sujeitará a contratada às seguintes sanções administrativas, garantida prévia defesa:

- i. **Advertência**, em caso de faltas leves que não causem prejuízo significativo ao CRECI-RS;
- ii. **Multa de mora** de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado na entrega, instalação ou configuração, calculada sobre o valor total do contrato, limitada a 30 (trinta) dias;
- iii. **Multa de 10%** (dez por cento) sobre o valor total do contrato, em caso de inexecução parcial;
- iv. **Multa de 20%** (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, em caso de inexecução total;
- v. **Impedimento de licitar e contratar** com a Administração Pública pelo prazo de até 3 (três) anos, conforme gravidade da infração;
- vi. **Declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública, em caso de faltas graves.

As sanções de advertência, impedimento de licitar e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente com as multas, conforme gravidade da infração.

13.2 Rescisão Contratual

O contrato poderá ser rescindido nas seguintes hipóteses:

- a) Por ato unilateral e escrito do CRECI-RS, nas situações previstas no art. 137 da Lei nº 14.133/2021;
- b) Por acordo entre as partes, mediante formalização de termo de rescisão;
- c) Por decisão judicial, conforme legislação aplicável.

A rescisão por ato unilateral do CRECI-RS poderá ocorrer, entre outras hipóteses, em caso de: descumprimento reiterado de cláusulas contratuais; atraso injustificado superior a 30 dias; fornecimento de equipamento em desconformidade com as especificações; falha no cumprimento da garantia; dissolução da sociedade ou falência da contratada.

13.3 Alterações Contratuais

O contrato poderá ser alterado mediante termo aditivo, nas hipóteses previstas no art. 124 da Lei nº 14.133/2021, especialmente para: acréscimo ou supressão de até 25% do valor inicial atualizado do contrato; prorrogação de prazo (quando justificada); restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro (em casos excepcionais).

13.4 Disposições Finais

Integram este Termo de Referência, para todos os fins de direito, o Estudo Técnico Preliminar que fundamentou a contratação.

Os casos omissos serão resolvidos com base na Lei nº 14.133/2021, em seus regulamentos, e subsidiariamente nas disposições do Código Civil brasileiro.


O foro competente para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes deste Termo de Referência e do contrato dele resultante será o da Justiça Federal, Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.

13.5 Aprovação



Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e fundamentado no Estudo Técnico Preliminar que concluiu pela viabilidade técnica e econômica da contratação.

Recomenda-se a aprovação do presente Termo de Referência e o prosseguimento do processo licitatório para aquisição de servidor de alto desempenho, mediante realização de Pregão Eletrônico, tipo Menor Preço, com julgamento pelo critério de Menor Preço Global.

Documento assinado digitalmente
 **EDUARDO MARTINS MACHADO**
Data: 23/06/2026 16:58:03-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Eduardo Martins Machado
Profissional de Suporte Técnico — TI e Infraestrutura
CRECI-RS



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)

Processo Administrativo nº 2025.99.021.49778

Data: 10 de março de 2026

1. Descrição da Necessidade da Contratação

O Departamento de Tecnologia da Informação e Infraestrutura do Conselho Regional de Corretores de Imóveis da 3ª Região (CRECI-RS) identifica a necessidade premente de substituir o atual servidor de arquivos e controlador de domínio da instituição, equipamento este apelidado de "JARVIS".

A necessidade emerge da constatação de que o servidor atual, adquirido há mais de 7 (sete) anos, encontra-se em estado avançado de **obsolescência tecnológica**. Este cenário acarreta severas limitações para suportar as demandas crescentes de processamento, armazenamento e disponibilidade dos serviços de Tecnologia da Informação, comprometendo a confiabilidade e o desempenho das operações do Conselho.

O problema a ser resolvido consiste na aquisição de um novo equipamento que garanta a continuidade dos serviços críticos, como autenticação de domínio e compartilhamento de arquivos, além de oferecer capacidade de processamento compatível com as aplicações atuais e futuras, mitigando riscos de falhas e paralisações. A solução atende ao interesse público ao assegurar a eficiência, a segurança e a disponibilidade dos serviços prestados pelo CRECI-RS à sociedade e aos seus profissionais registrados.

A demanda foi formalizada pelo requisitante Eduardo Martins Machado (PST - Profissional de Suporte Técnico), conforme despacho de 05 de setembro de 2025, que determinou a abertura do presente processo e a elaboração dos estudos necessários para a contratação.

1

2. Demonstração da Previsão no Plano de Contratações Anual

A presente contratação está prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) do CRECI-RS para o exercício de 2026, item 304, sob a descrição "Servidor Dell PowerEdge T140 (Xeon E2124, 2x RAM 8 GB, 2x HDD 1 TB, DVD-ROM)", com estimativa original de R\$ 50.000,00. A inclusão desta aquisição no PCA evidencia que a modernização da infraestrutura de TI foi identificada como prioridade organizacional, tendo sido submetida à análise prévia quanto à sua necessidade, adequação orçamentária e compatibilidade com os recursos financeiros disponíveis. Registra-se que a especificação do item 304 descreve um servidor de menor porte que a solução ora proposta; a adequação de escopo decorre da análise aprofundada das necessidades operacionais do Departamento de TI realizada na elaboração deste ETP, sendo que a contratação será efetivada por valor inferior ao teto orçamentário previsto (estimativa apurada de R\$ 28.179,48 frente ao limite de R\$ 50.000,00), sem extrapolação do crédito planejado.

A previsão orçamentária para esta contratação, conforme levantamento de mercado acostado aos autos, está estimada em valor total aproximado de **R\$ 28.179,48** (vinte e oito mil, cento e setenta e nove reais e quarenta e oito centavos), correspondente à média aritmética das 3 (três) propostas comerciais recebidas, apurada em conformidade com a IN SEGES/ME nº 73/2022. Este montante servirá de teto para aceitabilidade de propostas no certame e será formalmente contemplado na dotação orçamentária — elemento 4.4.90.52 — a ser reservado por Nota de Reserva Orçamentária.

A classificação de prioridade para esta aquisição é **ALTA**, refletindo a criticidade do equipamento para a continuidade operacional do Conselho e a necessidade de substituição do hardware obsoleto.

3. Requisitos da Contratação

A aquisição do servidor de alto desempenho deverá atender aos seguintes requisitos técnicos obrigatórios, estabelecidos com base nas necessidades operacionais de TI do CRECI-RS:



- **Formato (Fator de Forma):** O equipamento deverá ser do tipo **rackável**, para garantir a compatibilidade com os racks já existentes no ambiente de TI da instituição e permitir a expansão futura da capacidade de armazenamento.
- **Processador:** Deverá contar com, no mínimo, 1 (um) processador de última geração com as seguintes características mínimas: 12 núcleos / 24 threads, frequência base ≥ 2.0 GHz, cache ≥ 30 MB, suporte a Turbo e Hyper-Threading, consumo $\leq 150W$, e compatibilidade com memória **DDR5**.
- **Memória RAM:** Capacidade mínima de **64 GB**, em módulos RDIMM DDR4 ou superior, com possibilidade de expansão futura conforme as demandas institucionais.
- **Controladora de Armazenamento:** Dispor de controladora compatível com RAID, suportando, no mínimo, o nível **RAID 1 (espelhamento)** para garantir redundância de dados.
- **Placa de Rede:** Possuir, no mínimo, 2 (duas) portas de 1 GbE (Gigabit Ethernet) integradas à placa-mãe e, adicionalmente, uma placa com suporte a **1 GbE integrada, totalizando no mínimo 4 (quatro) portas de rede, para possibilitar segmentação de tráfego e redundância**, para alta velocidade de comunicação em rede.
- **Gerenciamento:** Dispor de controladora integrada para **gerenciamento remoto** (out-of-band), com acesso via navegador, suporte a autenticação segura e senha de fábrica.
- **Expansão:** Possuir pelo menos 1 (um) slot PCIe para futuras expansões, conforme a arquitetura do equipamento ofertado.
- **Cabos de Energia:** Fornecimento de 2 (dois) cabos de energia no padrão nacional NBR 14136 (2P+T a C13, 250V, 10A, comprimento de 2 metros).
- **Garantia e Suporte:** Obrigações da contratada incluem entrega, instalação física, configuração inicial (RAID, firmwares), suporte técnico e **garantia mínima de 12 (doze) meses** para todas as peças e componentes, com atendimento no local e substituição imediata de peças defeituosas.

2

4. Estimativa de Quantidades para a Contratação

A estimativa de quantidades para a presente contratação é a aquisição de:

- **1 (um) lote** contendo 1 (um) servidor de alto desempenho, com todos os seus componentes, acessórios e cabos necessários ao pleno funcionamento, conforme as especificações técnicas detalhadas no item 3.

Não se aplica a divisão em itens menores, pois o objeto é uma solução integrada e interdependente (o servidor e seus componentes formam uma unidade funcional). O parcelamento do objeto comprometeria a funcionalidade e a garantia do equipamento.

5. Levantamento de Mercado e Escolha da Solução

O levantamento de mercado foi conduzido mediante a análise de propostas comerciais de fornecedores especializados no ramo de servidores e infraestrutura de TI.

Alternativas Avaliadas:

1. **Aquisição de servidor novo (0 km):** Solução com maior vida útil e garantia de fábrica estendida, porém com custo de aquisição geralmente mais elevado.



2. **Aquisição de servidor seminovo (recondicionado/usado):** Solução com custo de aquisição mais baixo, porém com vida útil residual reduzida e necessidade de verificação rigorosa da procedência e do real estado de conservação.
3. **Contratação de serviço de nuvem (cloud computing):** Alternativa de infraestrutura como serviço (IaaS), que elimina a necessidade de aquisição de hardware, mas incorre em custos mensais recorrentes e dependência de conectividade com a internet.

Justificativa da Escolha:

Após análise das alternativas e considerando a natureza do processo (já com propostas para equipamentos seminovos em anexo), a Administração optou por avaliar as propostas de **aquisição de servidor seminovo**, por apresentar a melhor relação custo-benefício imediata, desde que atendidos rigorosamente os requisitos técnicos e de garantia.

Foram identificados no mercado três fornecedores com propostas anexadas ao processo:

- **MSServer (CNPJ: 44.042.100/0001-56):** Oferta de servidor Dell PowerEdge R540 seminovo, com processador Xeon Gold 6138 (20 núcleos/40 threads), 128 GB DDR4, 5 HDs de 10 TB SATA, iDRAC e fonte redundante. Garantia: 12 meses. Valor: R\$ 37.700,00.
- **CHYPPS SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DO BRASIL LTDA:** Oferta de servidor seminovo com 2 processadores Xeon E5-2680 v4, 128GB DDR4, 12 HDs de 4TB SAS + 2 SSDs de 1TB SATA e garantia de 12 meses. Valor total: R\$ 19.684,00.
- **Masterweb Shop (Dell PowerEdge R730 XD):** R\$ 27.154,43 (valor total com frete, pagamento via PIX).

3

As três propostas contemplam equipamentos seminovos de marcas consolidadas (Dell e HP), com garantia de 12 meses — prazo adotado como referência para esta contratação, compatível com o mercado pesquisado. A proposta de menor valor (CHYPPS, R\$ 19.684,00) apresenta configuração robusta em termos de capacidade de armazenamento. A proposta Masterweb oferece maior capacidade de disco unitário (8 TB SAS). A proposta MSServer apresenta o maior número de núcleos de processamento. Observa-se que o CNPJ da MSServer consta truncado na proposta juntada aos autos (44.042.100/0001-56); o número completo deverá ser confirmado antes da publicação do edital.

6. Estimativa de Valor da Contratação

A estimativa de valor da contratação foi elaborada com base nas propostas comerciais formalmente apresentadas ao CRECI-RS em janeiro de 2026, anexadas ao processo.

- **Proposta 1 — MSServer (Dell PowerEdge R540):** R\$ 37.700,00 (pagamento à vista).
- **Proposta 2 — Masterweb Shop (Dell PowerEdge R730 XD):** R\$ 27.154,43 (valor total com frete, pagamento via PIX).
- **Proposta 3 — CHYPPS Serviços de Tecnologia do Brasil Ltda (HP DL380 G9):** R\$ 19.684,00 (valor total, pagamento à vista).

Considerando os preços de mercado identificados e aplicando critério que permita adequada competição no certame, estabelece-se como **estimativa oficial de valor da contratação o montante de R\$ 28.179,48 (vinte e oito mil, cento e setenta e nove reais e quarenta e oito centavos)**, calculado pela média aritmética das 3 (três) propostas recebidas — R\$ 37.700,00 (MSServer) + R\$ 27.154,43



(Masterweb) + R\$ 19.684,00 (CHYPPS) ÷ 3 — em conformidade com a IN SEGES/ME nº 73/2022. Este valor será o teto de aceitabilidade das propostas no certame; a adjudicação ocorrerá pelo critério de menor preço. Registra-se que o DFD originalmente indicava estimativa de R\$ 50.000,00, elaborada sem pesquisa formal de mercado, sendo ora substituída pelo valor apurado.

7. Descrição da Solução e Justificativas

Descrição Completa da Solução:

A solução consiste na aquisição de 1 (um) servidor de alto desempenho, do tipo rackável, que será instalado no datacenter do CRECI-RS para substituir o equipamento legado "JARVIS". O escopo contratual abrange:

- Fornecimento do equipamento com todos os componentes (processador(es), memória, discos, controladora, fontes, etc.).
- Entrega do material no endereço do CRECI-RS em Porto Alegre/RS.
- Instalação física no rack, incluindo conexão elétrica e organização de cabos.
- Configuração inicial (criação de RAID, configuração de rede, atualização de firmwares/BIOS).
- Suporte técnico durante a instalação e testes.
- Garantia mínima de 12 (doze) meses para todas as peças e componentes, com atendimento técnico no local (on-site) e substituição de peças defeituosas em até 48 horas úteis.

4

Justificativa para o Não Parcelamento da Contratação:

A contratação será realizada de forma integral e unificada, **sem parcelamento do objeto**, pelas seguintes razões fundamentadas:

- **Natureza sistêmica e interdependente:** O servidor é um bem único e integrado. A segregação de seus componentes (fonte, memória, disco) em itens distintos inviabilizaria a aquisição de um equipamento funcional e coeso, além de comprometer a responsabilização por falhas e a garantia do conjunto.
- **Inviabilidade técnica e operacional:** A aquisição em separado de peças para montagem de um servidor não é o objeto da demanda, que é a aquisição de um equipamento pré-configurado e testado como uma unidade, garantindo a compatibilidade e o desempenho exigidos.
- **Economicidade e gestão contratual:** A contratação unificada simplifica a gestão do contrato, a fiscalização e a responsabilização do fornecedor pela entrega da solução completa, além de permitir a negociação de garantia estendida para o equipamento como um todo.

8. Resultados Pretendidos e Providências Prévias

Demonstrativo de Resultados Pretendidos:

A aquisição do novo servidor visa alcançar os seguintes resultados:

- **Aumento da Confiabilidade e Disponibilidade:** Reduzir drasticamente o risco de falhas e indisponibilidade dos serviços críticos de TI, como controlador de domínio e servidor de arquivos.



- **Melhoria de Desempenho:** Garantir processamento ágil para suportar o número crescente de usuários, autenticações simultâneas e o compartilhamento de arquivos, eliminando gargalos atuais.
- **Segurança da Informação:** Assegurar a redundância de dados através de RAID, evitando perdas em caso de falha de disco.
- **Preparação para o Futuro:** Adquirir um equipamento com capacidade de expansão (slots PCIe, suporte a mais memória) que possa acompanhar as demandas institucionais dos próximos anos.
- **Eficiência Operacional:** Possibilitar o gerenciamento remoto do equipamento, otimizando o trabalho da equipe de TI e reduzindo custos com manutenção corretiva.

Providências Prévias à Celebração do Contrato:

Previamente à assinatura do contrato, o CRECI-RS deverá adotar as seguintes providências:

- Designação formal de fiscal titular e substituto do contrato, preferencialmente da área de TI.
- Preparação do ambiente físico (rack, energia elétrica, cabeamento de rede) para receber o novo equipamento.
- Definição de cronograma para migração dos serviços do servidor antigo ("JARVIS") para o novo, com plano de contingência.

5

9. Análise de Impactos e Posicionamento Conclusivo

Contratações Correlatas e Interdependentes:

Encontra-se em tramitação o Processo nº 2025.99.216.51377, referente à aquisição de 2 (dois) nobreaks de tecnologia Online-Dupla Conversão para a sala de servidores do CRECI-RS. Existe interdependência funcional direta entre os dois processos: os nobreaks têm por finalidade proteger os equipamentos críticos da sala de servidores — dentre os quais o servidor ora objeto desta contratação — de falhas de energia elétrica. Recomenda-se o acompanhamento paralelo de ambos os processos, de modo a garantir que o novo servidor seja instalado em ambiente elétrico já adequadamente protegido.

Impactos Ambientais e Medidas Mitigadoras:

Os principais impactos ambientais são o consumo de energia elétrica e o descarte adequado do equipamento obsoleto ("JARVIS"). Como medidas mitigadoras, o CRECI-RS deverá:

- Priorizar a aquisição de equipamentos com certificações de eficiência energética (como 80 Plus para as fontes).
- Realizar o descarte ambientalmente correto do servidor antigo, observando a Política Nacional de Resíduos Sólidos, por meio de doação a entidades beneficentes (se ainda operacional) ou contratação de empresa especializada em logística reversa de eletrônicos.

Posicionamento Conclusivo sobre a Adequação da Contratação:


Após análise detalhada dos elementos que compõem o presente Estudo Técnico Preliminar, conclui-se pela **ADEQUAÇÃO e VIABILIDADE TÉCNICA E ECONÔMICA** da aquisição de 1 (um) servidor de alto desempenho para atender às necessidades do CRECI-RS.



A solução proposta apresenta fundamentação consistente quanto à necessidade institucional (obsolescência do equipamento atual), especifica requisitos técnicos claros, dimensiona adequadamente o objeto, identifica fornecedores no mercado e estabelece parâmetros referenciais de preços.

A aquisição atende ao interesse público ao garantir a continuidade, a segurança e a eficiência dos serviços de TI prestados pelo Conselho, justificando plenamente a decisão de contratar.

Recomenda-se, portanto, o prosseguimento da fase de planejamento da contratação, com a elaboração do Termo de Referência e a realização do Pregão Eletrônico, observando integralmente as disposições da Lei nº 14.133/2021.

<div>Documento assinado digitalmente</div> <div> EDUARDO MARTINS MACHADO Data: 23/06/2026 16:58:03-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br</div>	
<div>Eduardo Martins Machado</div> <div>PST – Profissional de Suporte Técnico</div> <div>Departamento de TI e Infraestrutura</div> <div>CPF: 010.912.960-14</div> <div>Porto Alegre/RS, ____/____/2026</div>	<div><hr/></div> <div>Aprovação / Ciência</div> <div>Departamento de Compras e Licitações</div> <div>CRECI-RS</div> <div>Porto Alegre/RS, ____/____/2026</div>